



2025
Relatório
Anual



RIGHTS +
RESOURCES

Índice

Mensagem da nossa presidente	3
Como a RRI funciona	4
Onde atuamos	5
Resumo dos resultados	6
Resultados de 2025	8
Fortalecimento da liderança inclusiva dos titulares de direitos e do poder coletivo	9
Promoção de mudanças legais e políticas	15
Promoção do financiamento direto e flexível para as comunidades	22
Evidências, prestação de contas e liderança inovadora	30
Publicações em destaque	33
Lições do nosso trabalho	36
Governança, prestação de contas e gestão responsável	37
Relatórios Financeiros de 2025	38



Um homem Indígena Maasai em
trajes tradicionais no Quênia.
Foto: Asha Stuart
RRI, 2025



Mensagem da nossa presidente

Solange Bandiaky-Badji

2025 foi um ano de renovação e reflexão para nossa coalizão. Apesar da turbulência política generalizada e das interrupções no financiamento global para o desenvolvimento, o ano nos proporcionou um novo impulso e vigor para fortalecermos nossa posição como uma rede global de solidariedade que promove avanços críticos e estratégicos para os direitos e o desenvolvimento dos Povos Indígenas (PI), das comunidades locais (CL) e dos Povos Afrodescendentes (PA) em todo o mundo.

Começamos comemorando o 20º aniversário da fundação da RRI, o que foi uma oportunidade vital para fazer um balanço de nossas conquistas e desafios coletivos nas últimas duas décadas e refletir sobre nosso lugar nas novas realidades globais do setor. Ao longo do ano, mantivemos conversas profundas com os fundadores da RRI, seus primeiros defensores, anciãos Indígenas, mulheres líderes, jovens e nossos aliados globais para mapear a trajetória da coalizão nos últimos 20 anos. Também encomendamos uma avaliação independente do progresso da RRI no cumprimento de seu atual Programa Estratégico de cinco anos, que expira em 2027.

Todo esse balanço confirmou o posicionamento singular da RRI dentro de seu ecossistema como a única coalizão que reúne um conjunto diversificado e vibrante de movimentos liderados por PI, CL e PA — e suas mulheres e jovens — para alavancar o poder da ação coletiva a fim de garantir seus direitos e autonomia. Isso destacou nossa ampla experiência na promoção da construção de movimentos dentro de organizações lideradas por titulares de direitos e na produção de análises oportunas e estratégicas para informar grandes mudanças de políticas e paradigmas, bem como nossa liderança intelectual e capacidade de reunir aliados improváveis.

Mais importante ainda, isso lançou as bases para uma reestruturação radical de nossa coalizão. Essa reestruturação, que entrou em vigor no início de 2026, adicionou muitas novas organizações nacionais de titulares de direitos ao nosso grupo principal de parceiros, criou um Conselho Consultivo e um Conselho de Anciãos, esclareceu a governança da coalizão e o processo de admissão, e incluiu representantes da juventude, dos Povos Afrodescendentes e dos Povos Indígenas da América do Norte em nosso Conselho de Administração. Todas essas mudanças consolidaram ainda mais nossa posição como uma rede de solidariedade liderada por comunidades Indígenas, Afrodescendentes e locais, com um valor agregado único no setor.

Nesse contexto, a coalizão da RRI trabalhou ao longo do ano para catalisar novos compromissos globais de financiamento na COP30, canalizar financiamento direto para as comunidades por meio de nosso mecanismo de financiamento liderado por titulares de direitos, a CLARIFI, e promover o reconhecimento legal dos direitos à terra e aos recursos dos titulares de direitos. Facilitamos a primeira rede global de jovens ativistas de PI, PA e CL, ampliamos as vozes e a liderança das mulheres, fortalecemos o monitoramento comunitário de investimentos relacionados à terra e cadeias de suprimentos e promovemos iniciativas de conservação baseadas em direitos para conter a perda de biodiversidade. Este Relatório Anual compartilha uma seleção desses exemplos de impacto liderados pelos membros de nossa coalizão em 2025.

Continuo grata aos nossos parceiros, doadores e aliados pelo apoio contínuo que alimenta nosso sucesso e nos mantém avançando.

Solidariamente,

Dra. Solange Bandiaky-Badji
Coordenadora e Presidente da RRI



Como a RRI funciona

A RRI apoia os direitos coletivos de posse e subsistência dos Povos Indígenas (PI), dos Povos Afrodescendentes (PA) e das comunidades locais (CL), promovendo um maior compromisso e ação global em prol de reformas políticas, de mercado e jurídicas que garantam seus direitos de possuir, controlar e se beneficiar dos recursos naturais, especialmente terras e florestas. Para avançar nessa missão, a RRI contribui para três objetivos globais:

Aumentar substancialmente a área de terras sob propriedade e administração locais, com direitos garantidos de gestão, conservação, uso e comercialização de produtos e serviços.

Aumentar a adoção de leis, regulamentos e práticas progressistas que promovam os direitos de posse consuetudinários e estatutários dos PI, PA e CL, particularmente das mulheres e dos jovens.

Melhorar drasticamente a situação socioeconômica dos PI, PA e CL com base em suas prioridades autodeterminadas.

Cumprimos essa missão:

1



2

Reunindo evidências e contribuindo com análises estratégicas para monitorar os direitos à terra e analisar a conexão entre direitos garantidos e resultados positivos em matéria de clima e desenvolvimento sustentável.

Convocando redes, promovendo o diálogo e melhorando a compreensão mútua e o respeito entre diversas partes interessadas, incluindo titulares de direitos, governo, setor privado e sociedade civil em geral; e criando espaço para compartilhar lições e cocriar objetivos comuns de defesa de direitos.

3



4

Fortalecendo a capacidade das organizações, redes e coalizões de PI, PA e CL para compartilhar experiências, desenvolver e promover posições comuns de defesa de direitos em fóruns locais, nacionais, regionais e globais.

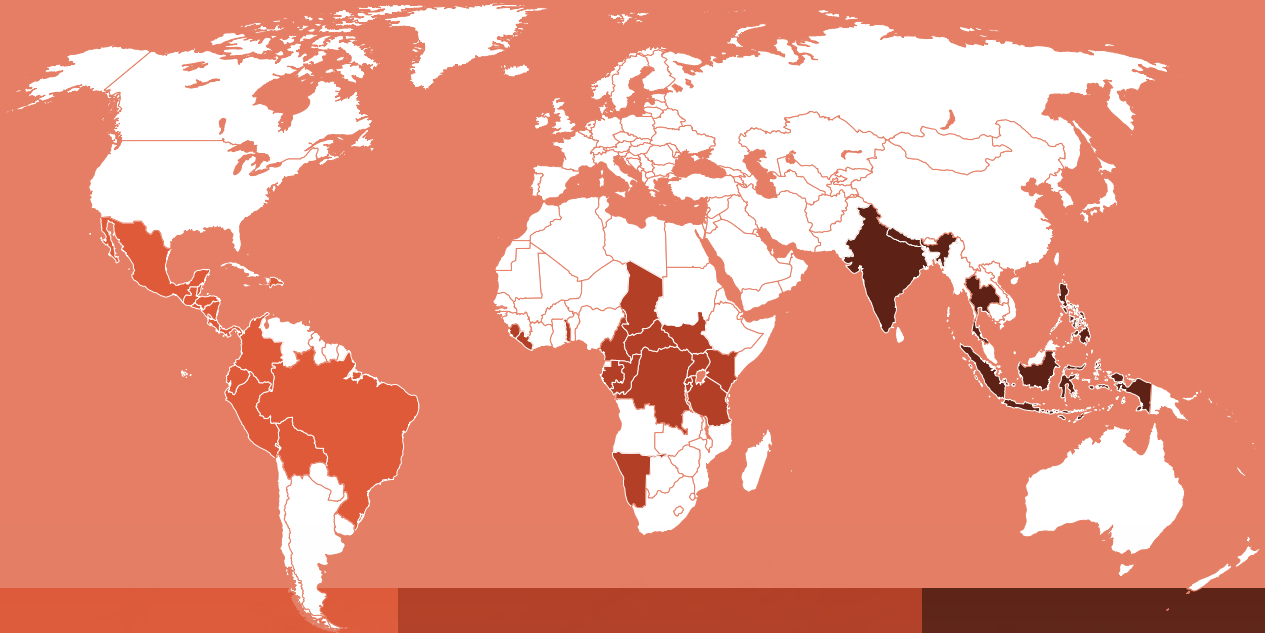
Promovendo e aumentando o financiamento direto aos detentores de direitos, com foco especial nas mulheres, ao mesmo tempo em que os apoiamos em seus esforços para responsabilizar governos e organizações multilaterais pelos compromissos globais de financiamento.



Gayanimaya Tamang, membro do Grupo de Usuários da Floresta Comunitária Lag Lage Pacha, perto de Katmandu, fertiliza o solo.
Foto: Asha Stuart
RRI, 2025

Onde atuamos

Projetos em 31 países



América Latina

Bolívia
 Brasil
 Colômbia
 Costa Rica
 República Dominicana
 Equador
 Guatemala
 Honduras
 México
 Panamá
 Peru



África

Burundi
 Camarões
 República Centro-Africana
 Chade
 República Democrática do Congo
 Gabão
 Quênia
 Libéria
 Namíbia
 República do Congo
 Ruanda
 Serra Leoa
 Tanzânia
 Togo
 Uganda



Ásia

Índia
 Indonésia
 Nepal
 Filipinas
 Tailândia



Mulheres se reúnem para preparar comida nos arredores de Tebat Pulau, Sumatra, Indonésia.
 Foto: Jacob Maentz
 RRI, 2022

Resumo dos Resultados

A RRI oferece apoio financeiro, solidariedade, análises técnicas e estratégicas, e patrocínio fiscal aos seus parceiros e aliados no Sul Global.*



1.017.390

hectares de terras com títulos de propriedade para PI, CL e PA



~200.000

hectares de terras para as quais foram solicitados títulos legais, preparados por PI, CL e PA e submetidos ao governo para aprovação



30.000.000 +

hectares de terras mapeadas por PI, CL e PA por meio de processos comunitários inclusivos



209

conflitos fundiários mediados ou resolvidos em terras coletivas de PI, CL ou PA



100 +

análises e recomendações de políticas desenvolvidas por parceiros e colaboradores para informar os processos nacionais de governança e reforma fundiária e florestal



80 +

mecanismos de monitoramento comunitário operacionalizados por meio de abordagens participativas



40.000 +

membros de PI e CL capacitados em direitos de posse, governança fundiária, defesa de direitos e liderança comunitária

Observação: Os dados de posse de terra aqui relatados abrangem o período de 2022 a 2025. Este é um indicador de impacto para a RRI no âmbito do nosso Programa Estratégico IV. Como tal, coletamos dados e apresentamos relatórios com base no cronograma e na contribuição prevista para o impacto desse programa.



Vista aérea do rio Potaro na Guiana, América do Sul. Foto: iStock

Em 2025, o mecanismo de financiamento CLARIFI da RRI, liderado por titulares de direitos, apoiou:



81 projetos ativos apoiando 71 parceiros em 20 países, incluindo 23 organizações lideradas por mulheres, mobilizando mais de US\$ 10 milhões em apoio direto.



Mais de 50% desses projetos promoveram direitos de posse coletiva, enquanto outros se concentraram na melhoria da conservação, na justiça de gênero e no apoio às economias locais.



US\$ 1,8 bilhão prometido na COP30 para a posse de florestas e terras, influenciado por ações coletivas e coordenadas da coalizão da RRI e seus aliados.

Um homem Maasai na fazenda Maji Moto, no Quênia, mostra a escritura de propriedade de sua comunidade. Foto: TonyWild Photography RRI, 2023



2025 Resultados

Escola Comunitária Indígenas Maria, na Indonésia.

Foto: Rachel Watson

Campanha pela Natureza, RRI e CLARIFI, 2024



Fortalecimento da liderança inclusiva dos detentores de direitos e do poder coletivo

Liderança Juvenil Global

Em julho de 2025, a RRI convocou seu primeiro **Fórum Global da Juventude** em Bali, na Indonésia, em colaboração com a Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN) e a Barisan Pemuda Adat Nusantara (BPAN). Este encontro histórico reuniu 55 jovens líderes de PI, PA e CL de 22 países da Ásia, África e América Latina. Os participantes construíram solidariedade inter-regional e cocriaram o **Roteiro Global da Juventude** para engajamento e ação coletiva. O roteiro estabeleceu cinco prioridades compartilhadas para a participação juvenil e o desenvolvimento de liderança, posicionando os jovens como tomadores de decisão dentro da coalizão da RRI, em vez de meros beneficiários.

Aproveitando esse impulso, os jovens da coalizão lançaram a **Rede Global de Jovens da RRI**, conectando movimentos regionais de jovens a uma plataforma global unificada. Um estudo exploratório com 113 organizações globais de jovens confirmou que **a Rede Global de Jovens da RRI preenche uma lacuna crítica: não existe nenhuma plataforma que reúna de forma significativa jovens Indígenas, Afrodescendentes, de comunidades locais e aliados na interseção entre segurança de posse, justiça climática e conservação da biodiversidade.**



“A Rede Global de Jovens é mais do que uma aliança; é esperança ativa. Ela representa a força coletiva de nossas raízes e a determinação de transformar a crise climática em justiça, onde jovens Indígenas, Afrodescendentes e locais são protagonistas e não apenas testemunhas da mudança. É a nossa hora de sermos ouvidos.”

Alejandra Palacios

Líder juvenil Afrodescendente do Equador

Dado o mandato da RRI de agregar valor constantemente e garantir a complementaridade dentro do setor, ela facilitou que os participantes do Fórum Global da Juventude elaborassem uma [Declaração da Juventude sobre Justiça Climática](#) para a COP30 no Brasil, marcando sua entrada coordenada na defesa internacional do clima. A RRI lançou oficialmente essa Declaração juntamente com a Rede Global da Juventude e o Roteiro na COP30 para maximizar seu alcance global.

Juntas, essas iniciativas estabelecem as bases para a liderança e a participação sustentáveis da juventude na governança ambiental global em 2026 e além.



Jovens participantes posam para uma foto no primeiro Fórum Global da Juventude da RRI.
Foto: Matata RRI e AMAN, 2025

Fortalecimento da liderança inclusiva dos detentores de direitos e do poder coletivo

O Poder Coletivo das Mulheres

Em 2025, a Aliança das Mulheres do Sul Global (WiGSA) fortaleceu seu posicionamento global como uma rede de solidariedade feminina única e intercontinental que defende os direitos de posse de terras das mulheres dos PI, PA e CL, bem como o acesso direto a financiamento. A WiGSA recebeu um número recorde de solicitações de adesão e expandiu-se para 28 organizações-membros atuando em mais de 60 países na África, Ásia e América Latina.

Membros da Aliança das Mulheres do Sul Global (WiGSA) falam em um painel na Semana de Ação Climática de Londres. Foto: RRI, 2025



Juntas, as integrantes da WiGSA estabeleceram seus fundamentos filosóficos em 2025, guiadas pelos princípios de unidade, inclusão, respeito, equidade, voz e representação iguais, solidariedade, transparência e prestação de contas, e comunicação intercultural. Esses princípios orientadores definem como as integrantes trabalham juntas para reduzir sistematicamente as desigualdades de gênero e refletem um processo coletivo único, construído sobre a confiança e a unificação das diversas experiências das mulheres em prioridades compartilhadas.

Em 2025, a RRI e a WiGSA produziram novas análises fundamentais para fortalecer a defesa dos direitos das mulheres, incluindo o relatório [“O financiamento global está chegando às mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais?”](#). Esse estudo abordou questões-chave dos doadores sobre as prioridades das mulheres e os obstáculos ao financiamento direto. Os doadores descreveram o relatório como um “recurso útil e oportuno” para orientar futuros mecanismos de financiamento, e ele foi destaque em publicações do Forest Tenure Funders Group, da FAO, da Land Climate Review e do relatório FTFG 2025.

A análise também contribuiu para que o Forest Tenure Funders Group reconhecesse e se comprometesse a abordar a disparidade de gênero no financiamento destinado às mulheres em seu novo compromisso de US\$ 1,8 bilhão para a concessão de direitos de posse, anunciado na COP30, e tornou-se um pilar da campanha “The Pledge We Want” da RRI.

A WiGSA também elevou a liderança das mulheres em encontros globais, incluindo a CSW69, a Semana de Ação Climática de Londres, a Semana do Clima da ONU em Nova York, a COP30, a UNEA-7 no Quênia e as oficinas de políticas da Women Land Rights Initiative sobre a democratização do financiamento global para os direitos à terra das mulheres no âmbito das três Convenções do Rio. Esses compromissos fortaleceram a visibilidade das mulheres nos debates sobre clima, conservação e financiamento.

Por meio da CLARIFI, quatro organizações da WiGSA receberam financiamento direto, e outras sete foram apoiadas indiretamente por meio de programas regionais nos Andes Tropicais e na Bacia do Congo. Desde então, a CLARIFI desenvolveu uma sequência de projetos da WiGSA para futuros ciclos de financiamento, a fim de ampliar o acesso direto a recursos financeiros para organizações comunitárias de mulheres.

“As conclusões destacam desafios persistentes para promover a liderança das mulheres e garantir sua inclusão significativa na tomada de decisões. Essas restrições estruturais forçam muitas organizações de mulheres a depender de trabalho voluntário, reforçando padrões de trabalho não remunerado e enfraquecendo a sustentabilidade institucional. As desigualdades são especialmente gritantes para as organizações de mulheres Afrodescendentes, que operam com orçamentos inferiores à metade dos de suas contrapartes Indígenas, refletindo um ecossistema de doadores ainda cego ao racismo estrutural. Financiamento de longo prazo e abordagens interseccionais que priorizem as necessidades das organizações de mulheres são essenciais para lidar com essas desigualdades persistentes.”

Análise do Forest Tenure Funders Group sobre “O financiamento global está chegando às mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais?”

Em 2020, famílias Indígenas Chepang foram despejadas à força das margens do rio Kusum Khola em Chitwan, no Nepal, e 60 famílias foram posteriormente reassentadas ao longo do Parabi Khola sem terra garantida ou serviços básicos. Em 2024, a National Indigenous Women’s Federation (NIWF), com apoio financeiro da RRI em 2024–2025, trabalhou com a comunidade para defender seus direitos por meio da coleta de dados, capacitação, organização comunitária e diálogo com o governo. Uma manifestação pacífica em Katmandu com 220 participantes também atraiu a atenção nacional. Como resultado, o governo instalou água potável e eletricidade, fez o levantamento de terrenos para 60 famílias e começou a construir casas permanentes. O Governo Provincial de Bagmati também começou a planejar um assentamento modelo com professores e estudantes da Faculdade de Engenharia, enquanto um Comitê de Luta das Mulheres Chepang, composto por 15 mulheres, agora fortalece a liderança comunitária e a defesa de direitos.

Fortalecimento da liderança inclusiva dos detentores de direitos e do poder coletivo

Formação de Coalizões

A reunião do 20º aniversário da RRI em Katmandu, no Nepal, reuniu mais de 240 titulares de direitos, aliados, fundadores e tomadores de decisão de mais de 40 países. Organizado em parceria com sete parceiros locais (Federation of Community Forestry Users Nepal; Nepal Federation of Indigenous Nationalities; Green Foundation Nepal; Center for Indigenous Peoples' Research and Development; Nepal Indigenous Women's Federation; Indigenous Women Legal Awareness Group; Women Rights and Resource Network), o programa de quatro dias combinou painéis de alto nível, discussões temáticas e sessões de estratégia de coalizão.



Um artista é fotografado durante a cerimônia de abertura da comemoração do 20º aniversário da RRI em Katmandu, Nepal. Foto: Sandesh Chaudbury RRI, 2025

O encontro **celebrou conquistas passadas** e, ao mesmo tempo, cocriou uma visão compartilhada para o futuro dos direitos territoriais. Os participantes clamaram por uma maior localização, maior foco nos meios de subsistência e nas economias das comunidades, pesquisa liderada localmente e conservação baseada na comunidade, ao mesmo tempo em que promovem a colaboração Norte-Sul-Sul. A coalizão reafirmou seu compromisso com a liderança de jovens e mulheres e concordou em expandir sua base de membros, acolhendo novos parceiros e anciãos, abordando particularmente a falta de jovens, organizações agropecuárias e representantes Afrodescendentes em sua governança.

Esse mandato para ampliar o número de membros foi um resultado fundamental do evento, concretizado nas **mudanças históricas** introduzidas na estrutura e na governança da coalizão, que adicionaram pela primeira vez representação de Afrodescendentes e jovens ao Conselho de Administração da RRI, bem como membros de tribos e Primeiras Nações da América do Norte.

“O Prêmio de Ação Coletiva da RRI nos mostra que, quando as comunidades trabalham juntas, coisas incríveis podem acontecer.”

Nelson Ole Reiyia

CEO e cofundador da Nashulai Maasai Conservancy do Quênia

Durante a celebração em Katmandu, a RRI homenageou três comunidades com seu primeiro Prêmio de Ação Coletiva, selecionadas entre mais de 190 indicações e uma lista de 18 finalistas.

Clique no nome de cada comunidade para assistir a um breve vídeo sobre seu trabalho.

- [Quênia: A Nashulai Maasai Conservancy](#)
- [Indonésia: O Movimento das Ilhas Aru](#)
- [Brasil: O Coletivo Jupago Kreka](#)

A RRI reconheceu essas comunidades por suas conquistas em direitos territoriais e renascimento cultural. Este prêmio ressalta que mudanças duradouras são impulsionadas pela ação coletiva, mobilização sustentada e liderança intergeracional.

O 20º aniversário da RRI também aumentou a visibilidade das iniciativas de base por meio da cobertura da mídia internacional e serviu como estreia mundial de um [documentário](#) comemorando 20 anos de ação coletiva, reforçando a identidade da RRI como uma rede global de solidariedade fundamentada na liderança comunitária.

Em 2025, a RRI também deu continuidade ao seu apoio de longa data à coalizão dos Povos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe. A coalizão adotou formalmente um novo nome: Coalizão Internacional de Territórios e Povos Afrodescendentes na América Latina e no Caribe (CITAFRO).

O lançamento da CITAFRO segue anos de integração regional, o posicionamento estratégico das prioridades dos Povos Afrodescendentes e o trabalho de defesa de direitos baseado em evidências, com o apoio da RRI para aumentar a representação desses povos em importantes espaços internacionais de tomada de decisão. Em abril, a CITAFRO e a RRI lançaram a [Declaração de Brasília](#), destacando as contribuições econômicas, políticas e socioambientais das comunidades Afrodescendentes, ao mesmo tempo em que abordavam os graves impactos da crise climática em seus territórios.

Na COP30, a CITAFRO e a RRI lançaram o [Atlas dos Maritórios de Ascendência Africana do Grande Caribe](#) para demonstrar a interação dos Povos Afrodescendentes com os ecossistemas marítimos e costeiros, que são vitais para a agenda global de conservação e que estão ameaçados pelas mudanças climáticas. Também na COP30, **a defesa estratégica da CITAFRO contribuiu para a adoção de linguagem referindo-se às Pessoas de Ascendência Africana nos documentos oficiais da UNFCCC, uma conquista histórica pela primeira vez em 30 anos. Essa linguagem reconhece os PA como um grupo desproporcionalmente afetado pelas mudanças climáticas e como contribuintes-chave para sua mitigação.**

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Reforma da política nacional na RDC

Abrigando 60% da Bacia do Congo — o maior reservatório de carbono do mundo —, a RDC há muito enfrenta conflitos e desmatamento ligados à ausência de um quadro claro de uso da terra. Em julho de 2025, o presidente da RDC **sancionou** a primeira Lei de Planejamento do Uso da Terra do país, marcando um passo histórico em direção a uma governança fundiária inclusiva e baseada em direitos.



Mulheres Indígenas pigmeias coletam água, RDC.
Foto: EnviroNews RDC
RRI, 2024

Aprovada inicialmente pelo Parlamento em 2023, essa legislação foi moldada por uma defesa sustentada e de longo prazo de uma ampla coalizão da sociedade civil, com o apoio financeiro e técnico da RRI, incluindo o Center for Innovative Technologies and Sustainable Development (CTIDD); a Coalition of Women Leaders for the Environment and Sustainable Development (CFLEDD); Congolese Resources Institute (CRI); o Centre d'Appui à la Gestion Durable des Forêts Tropicales (CAGDFT); Congo-Watch; e a Dynamique des groupes des peuples autochtones (DGPA).

As principais disposições da lei incluem o reconhecimento explícito dos direitos consuetudinários das comunidades sobre a terra; a exigência do consentimento livre, prévio e informado das populações locais para projetos de uso da terra; mecanismos de resolução de conflitos; e proteções ambientais para zonas úmidas, turfeiras e outros ecossistemas sensíveis. É importante ressaltar que a lei alinha a governança fundiária com as metas climáticas e de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança da posse da terra das comunidades.

A implementação eficaz da lei fundiária nacional revisada exigirá ação governamental coordenada, mobilização de recursos, monitoramento e engajamento comunitário sustentado — mas sua adoção é um passo crucial para garantir plenamente os direitos consuetudinários à terra. A RRI e seus parceiros na região continuam comprometidos em apoiar a implementação dessa vitória jurídica conquistada com muito esforço e a reforma política contínua.

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Suspensão de uma usina de carvão controversa no Quênia

No Quênia, a RRI apoiou uma campanha de resistência liderada pela comunidade, conduzida pelo movimento deCOALonize, para impedir a construção de uma usina a carvão proposta em Lamu e novas prospecções de carvão em Kitui. **A RRI possibilitou que mais de 225 membros da comunidade, incluindo mulheres e jovens, tivessem acesso ao apoio e às ferramentas necessárias para se manifestarem contra empreendimentos prejudiciais de carvão, contribuindo para uma vitória judicial histórica que confirmou a decisão do Tribunal Nacional do Meio Ambiente de suspender a usina a carvão.** A RRI trabalhou com o Centro de Direitos Humanos e Educação Cívica (CHRCE) e a iniciativa Save Lamu para promover a campanha por meio de fóruns ambientais, exibições de filmes, divulgação na mídia e a popular **campanha nas redes sociais #NowOrNever.**



Um manifestante protesta contra uma usina a carvão de 1.050 MW em Lamu, Quênia. Foto: Save Lamu, 2025



Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Promovendo a Governança Fundiária na África Subsaariana

Na 5ª Conferência da Rede Africana de Instituições Fundiárias para os Direitos Comunitários (ALIN), em outubro de 2025, a RRI fez parceria com o Ministério de Terras, Habitação e Planejamento Territorial de Serra Leoa e a Aliança Fundiária de Serra Leoa para reunir representantes governamentais de mais de 16 países africanos, juntamente com parceiros e aliados. A RRI e seus parceiros **desempenharam um papel central** no envolvimento dos participantes para compartilhar experiências sobre reforma agrária, governança fundiária responsável e garantia dos direitos fundiários das comunidades. A conferência fortaleceu os esforços para monitorar as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e impulsionar o apelo global à ação em prol dos direitos fundiários dos Povos Indígenas e das comunidades locais. Ela foi encerrada com a assinatura da **Declaração de Freetown**, que promove reformas de governança fundiária inclusivas, descentralizadas e bem financiadas.



Organizadores do evento e autoridades governamentais posam para uma foto no palco da 5ª Conferência da Rede Africana de Instituições Fundiárias para os Direitos Comunitários (ALIN).
Foto: RRI, 2025

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Estabelecendo um precedente na Bolívia e em toda a América Latina

O Tribunal Agrário e Ambiental da Bolívia aceitou a ação judicial e emitiu um conjunto de medidas cautelares em favor do rio Madre de Dios e das comunidades do Território Multiétnico II (TIM II). Essa decisão atendeu a uma Ação Ambiental Preventiva apresentada ao Tribunal contra a Autoridade Jurisdiccional Administrativa de Mineração (AJAM) e a cooperativa de mineração Associação de Cooperativistas de Ouro (ASOBAL).

A ação buscava a suspensão das atividades de mineração ilegais, a proibição de novas licenças de mineração e o reconhecimento do rio Madre de Dios como sujeito coletivo de direitos. Essas medidas cautelares estabeleceram um importante precedente na Bolívia e em toda a América Latina, reconhecendo não apenas os direitos dos Povos Indígenas que vivem no TIM II, mas também os direitos da natureza.



Pôr do sol sobre o rio
Madre de Dios.
Foto: Shutterstock

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Incluindo as comunidades na gestão das áreas protegidas do Equador

No Equador, o apoio à defesa de direitos e o financiamento do **Mecanismo de Resposta Estratégica** da RRI permitiram que a **Nacionalidade Indígenas A'i Kofan**, por meio da organização **NOA'IKE**, garantisse os direitos de conservar, gerenciar e administrar 20.000 hectares de território ancestral dentro da **Reserva de Produção de Vida Selvagem de Cuyabeno**. Um acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica estabeleceu esse reconhecimento e criou um precedente nacional para a conservação baseada em direitos dentro de áreas protegidas.

O acordo ajudou a estabelecer uma nova comunidade, a **Thesi T'sampi** ("A Terra da Onça"), que oferece um ambiente de vida mais seguro ao mesmo tempo em que fortalece a governança Indígenas dentro da reserva. Este projeto mostra como as estruturas de conservação podem reconhecer e defender os direitos territoriais Indígenas, protegendo tanto as liberdades das comunidades quanto o meio ambiente.



Manifestação contra a empresa Rainforest Ecuador pelas comunidades de Selva Alegre, no Equador. Em 2020, a empresa adquiriu um título fraudulento cobrindo 9.190 hectares no corredor biogeográfico Andes-Chocó do Equador. A Fundação ALDEA vem apoiando a luta por justiça com o apoio da RRI
Foto: ALDEA, 2023

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Governança Florestal Comunitária no Nepal

A Federação de Usuários de Florestas Comunitárias do Nepal (FECOFUN) obteve aprovação do governo para seis Planos Operacionais de Florestas Comunitárias (CFOPs) na província de Gandaki, integrando pela primeira vez diretrizes de Manejo Florestal Sustentável. Muitos Grupos de Usuários de Florestas Comunitárias não tinham conseguido renovar planos desatualizados, deixando as florestas sem manejo e limitando a participação de mulheres e jovens.



Gayanimaya Tamang, membro do Grupo de Usuários da Floresta Comunitária Lag Lage Pacha, perto de Katmandu, fertiliza o solo.
Foto: Asha Stuart
RRI, 2025

Os CFOPs renovados abrangeram 378,67 hectares, ampliaram a cobertura florestal, melhoraram o estoque florestal e introduziram inovações nos meios de subsistência, incluindo o ecoturismo, o cultivo de produtos florestais não madeireiros e o comércio de carbono potencial.

Para institucionalizar o progresso, a FECOFUN convocou diálogos sobre políticas nos níveis provincial e federal em 2025. As autoridades provinciais se comprometeram a alocar fundos de desenvolvimento florestal para renovações adicionais, enquanto as autoridades federais se comprometeram a simplificar os formatos dos planos operacionais, a fortalecer a coordenação entre os níveis governamentais e a garantir a alocação de orçamento para renovações em todo o país. Essas reformas fortalecem a governança da silvicultura comunitária, ao mesmo tempo em que ampliam a participação e as oportunidades de subsistência na província.

Promoção de Mudanças Legais e Políticas

Reconhecimento dos territórios dos Povos Indígenas na Indonésia

Em 17 de dezembro de 2025, **uma grande vitória** para os direitos dos Povos Indígenas foi alcançada na Regência de Lombok do Norte, na Indonésia: o reconhecimento oficial de 12 territórios Indígenas nos cinco distritos da regência. Assinado pelo regente Najmul Akhyar, o decreto reconhece 51.158 hectares de terras Indígenas, registrando-as formalmente nos arquivos governamentais e afirmando a proteção estatal das leis consuetudinárias e dos sistemas de governança das comunidades. Financiado pelo Mecanismo de Resposta Estratégica (SRM) da RRI, o reconhecimento ocorreu após a aceitação de um novo mapa participativo liderado pela AMAN Paer Daya, com o apoio de membros da comunidade e da sociedade civil. Para as comunidades Indígenas, o decreto traz segurança jurídica e legitimidade; para os formuladores de políticas, ele estabelece uma base formal e um precedente para futuras decisões relacionadas aos Povos Indígenas na Indonésia.



Rumeneq, representante das mulheres Indígenas da comunidade Salut, segura um documento de decreto. Foto: Kris Ayu RRI, 2025

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

CLARIFI em escala

Desde o seu lançamento em 2022, o mecanismo de financiamento liderado por Indígenas da RRI, a [CLARIFI](#), financiou 186 projetos liderados localmente em 29 países. Trabalhando em estreita colaboração com os membros de sua coalizão regional e a Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC), a CLARIFI mobilizou mais de US\$ 40 milhões em financiamento direto para PI, PA e CL.



Duas agricultoras conversam durante a colheita de vagens de cacau nos Camarões. Foto: Shutterstock

Na América Latina, em 2025, apoiou 31 projetos e 29 parceiros, oito deles liderados por mulheres. Um parceiro regional fundamental é o Fundo Territorial Mesoamericano (FTM), que oferece acompanhamento e apoio técnico a organizações Indígenas e lideradas por mulheres. Por meio dessa parceria com o FTM, 16 projetos em seis países estão recebendo financiamento da CLARIFI, incluindo quatro liderados por organizações de mulheres. Juntos, esses parceiros estão fortalecendo seu planejamento estratégico, sua visão territorial e seus sistemas administrativos para se tornarem mais eficazes.

Em 2025, a CLARIFI organizou dois encontros regionais de intercâmbio de aprendizagem na Mesoamérica e nos Andes Tropicais para 85 participantes de PI e PA de 30 países. Utilizando metodologias participativas, esses encontros documentaram [lições críticas aprendidas](#) com os projetos da CLARIFI, identificaram práticas eficazes e desenvolveram recomendações para a sustentabilidade de longo prazo — conectando estratégias organizacionais com as realidades concretas das comunidades.

“Isso é inédito: 35 mulheres vão ter pelo menos 100 hectares. É uma revolução!”

Mulher da comunidade local

Parceira da REFACOF de Camarões

Exemplos do impacto da CLARIFI por meio da concessão de subsídios em 2025:

- **Na região do Pacífico da Colômbia**, a **ACADESAN** construiu um modelo de proteção liderado pela comunidade que vincula segurança à dignidade, aos direitos e ao bem-estar coletivo por meio de infraestrutura humanitária e governança local fortalecida. Os líderes enfatizam que a defesa dos direitos humanos por meio do modelo de proteção coletiva é inseparável da defesa da terra e da cultura. Apesar das barreiras de financiamento e institucionais, parcerias como o apoio da CLARIFI à ACADESAN demonstram como ampliar a defesa coletiva pode reduzir a vulnerabilidade e proteger as comunidades.
- **Nos Camarões**, a REFACOF, parceira da RRI — uma rede regional para promover os direitos de posse de terras e florestas das mulheres —, fortaleceu seus processos e estrutura de governança para melhorar a tomada de decisões e a eficácia organizacional. Membros de 16 países trabalharam juntos para elaborar um plano estratégico de cinco anos e elegeram um novo conselho regional. No terreno, a iniciativa transformadora de gênero da REFACOF, o Protocolo LILAGLÈ, ajudou a garantir 35 Certificados de Propriedade Consuetudinária de Terras para mulheres em cinco aldeias em Ngweï, totalizando mais de 100 hectares. Também inspirou 12 aldeias adicionais a solicitar a replicação da iniciativa em suas comunidades.
- **No Nepal**, a CLARIFI apoiou o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento dos Povos Indígenas (CIPRED) para promover a autogestão Indígenas dentro de áreas de conservação. Uma linha de base do Sistema Comunitário de Monitoramento e Informação, abrangendo 1.995 famílias, gerou a primeira evidência quantificada da posse de terras e dos meios de subsistência Indígenas nessas áreas. Mais de 200 líderes — mulheres, jovens e autoridades — receberam treinamento sobre conservação baseada em direitos e direito consuetudinário. Duas leis marcantes de governança consuetudinária foram aprovadas ou apresentadas em Manang e Mustang, demonstrando que os governos locais podem reconhecer formalmente as instituições Indígenas. O projeto também apoiou iniciativas de meios de subsistência lideradas por mulheres e garantiu licenças piloto de acesso comunitário para produtos florestais não madeireiros, marcando uma mudança histórica da conservação de fortaleza para uma parceria baseada em direitos.

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

Projetos nos Andes Tropicais

Na Bolívia, o apoio contínuo da CLARIFI aos membros da coalizão da RRI promoveu os direitos territoriais e amplificou as vozes Indígenas. A liderança Indígenas ao longo de anos levou à designação de 283.179 hectares do território Indígenas Tacana II como terras comunitárias de origem (*Tierras Comunitarias de Origen*, em espanhol). Essa vitória significativa para os detentores de direitos Indígenas foi alcançada sob a liderança da Fundación TIERRA.

Participantes de um workshop de treinamento sobre o Sistema de Alerta Precoce e Ação em Bajo Quimiriki, Peru. Foto: AIDSESP-Peru



No Equador, o Centro Mútuo Shuar tornou-se a segunda comunidade a receber um título de propriedade dentro de uma Floresta Protegida no país, com 3.580 hectares de terra titulados. A Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) liderou o processo, alcançando uma vitória política e administrativa significativa para as comunidades tradicionais localizadas dentro de áreas protegidas designadas pelo governo. Foi empregado um modelo colaborativo inovador que combinou o envolvimento comunitário com estratégias técnicas e jurídicas para superar barreiras burocráticas. O apoio da CLARIFI ajudou a comunidade a apresentar um dossiê jurídico à autoridade estadual, incluindo mapas planimétricos detalhados, relatórios de demarcação, planos de gestão, estudos sócio-históricos e dados censitários para fundamentar sua tomada de decisão.

No Peru, as comunidades Indígenas fortaleceram um sistema dinâmico de monitoramento e notificação para se protegerem contra ameaças externas aos seus direitos territoriais. A principal organização Indígenas nacional consolidou uma plataforma digital chamada SAAT, que incorpora sistemas de monitoramento em tempo real e de alerta precoce para as comunidades. Conectada a um servidor central que vincula as comunidades Indígenas da Amazônia peruana aos tomadores de decisão na capital, a SAAT permite que a AIDSESP ative rapidamente seu mecanismo nacional de proteção quando surgem ameaças. A AIDSESP também oferece às comunidades, especialmente aos jovens, treinamento no uso de ferramentas tecnológicas.

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

Projetos na Bacia do Congo

Na RDC, o Instituto de Recursos do Congo (CRI) apoiou o estabelecimento da gestão florestal comunitária em 15.807,53 hectares, ajudando as comunidades de Kishiongo e Kasambanza a mapear suas terras e solicitar títulos de concessão comunitária após o mapeamento participativo. O projeto fortaleceu a apropriação local e a colaboração entre autoridades consuetudinárias e serviços estatais. Treinou 240 membros da comunidade local em silvicultura comunitária e governança, e mais 100 mulheres e jovens em agrofloresta e técnicas de cultivo. As comunidades plantaram 18.000 mudas em viveiros, 5.000 árvores nativas e melhoraram a produtividade agrícola de culturas locais como mandioca, berinjela, feijão-frade, tomate e quiabo.



Agricultoras compartilham suas experiências em projetos agrícolas, no distrito de Ngo, República do Congo.

Foto: Action Communautaires des Femmes Autochtones du Congo (ACFAC), 2024

No Gabão, a CLARIFI apoiou parceiros locais para melhorar a resiliência climática e a segurança alimentar das comunidades Indígenas, fortalecendo suas capacidades técnicas em produção agrícola sustentável. Este projeto concentrou-se na documentação do conhecimento tradicional e na adaptação de práticas agroecológicas aos contextos locais nas aldeias de Bitougat e Doumassi. Um diagnóstico participativo da situação atual das comunidades identificou suas práticas agrícolas existentes, seus desafios e suas necessidades prioritárias. Com base nessas conclusões, a RRI treinou 31 membros da comunidade, incluindo 14 mulheres, em técnicas agroecológicas, agricultura de subsistência sustentável e organização comunitária, com foco no fortalecimento de cooperativas e associações.

Na República do Congo, um projeto fortaleceu o empoderamento social e econômico de mulheres de comunidades Indígenas e locais no Distrito de NGO, Departamento de Plateaux. A ACFAC, parceira local da CLARIFI, criou dois grupos de produtoras agrícolas liderados por mulheres na aldeia de Djaka e destinou dois hectares de terra para cada grupo. O projeto as capacitou no cultivo de mandioca, cacau, pimenta e milho. Os grupos receberam treinamento em agroecologia e mudanças climáticas, proteção ambiental, violência de gênero, posse da terra, poupança e microcrédito. O projeto também forneceu às mulheres financiamento direto para adquirir ferramentas agrícolas básicas para o desenvolvimento da terra e o cultivo.

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

Financiamento climático liderado por mulheres

No [Primeiro Congresso Global](#) dos Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais, em Brazzaville, a CLARIFI concedeu US\$ 240.000 — US\$ 30.000 para cada uma — a oito iniciativas de base lideradas por mulheres em toda a África.

Participante fala ao microfone no Primeiro Congresso Global dos Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais em Brazzaville, República do Congo. Foto: REPALEAC e RRI, 2025



Essas iniciativas estão promovendo a regeneração do solo, a restauração da biodiversidade, a defesa da terra e da posse da terra e meios de subsistência sustentáveis. A UNIPROBA está ampliando o acesso à terra e os programas de treinamento para mulheres Batwa no Burundi. A Indigenous Peoples and Sustainable Development (IPSD) está promovendo o empreendedorismo e a preservação cultural entre as comunidades Mbororo nos Camarões. A Action Communautaire des Femmes Autochtones (ACFAC) está fortalecendo o apoio à agroecologia e ao microcrédito para mulheres da floresta na República do Congo.

A CLARIFI também financiou diretamente quatro organizações WiGSA e apoiou indiretamente outras sete por meio de seus programas regionais e mecanismos liderados pela comunidade nos Andes Tropicais e na Bacia do Congo. O programa de Justiça de Gênero da RRI e a CLARIFI pretendem ampliar o apoio futuro a mais organizações de mulheres de base e criaram um pipeline de projetos WiGSA para consideração em futuros ciclos de financiamento, possibilitando maior acesso direto a recursos para mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais.

Juntas, essas iniciativas estão demonstrando o papel transformador das mulheres na promoção de um desenvolvimento baseado em direitos e resiliente às mudanças climáticas em suas comunidades.

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

Influenciando promessas e compromissos de financiamento global

Assim como nas reformas legais, as mudanças no ecossistema de financiamento global não acontecem da noite para o dia. Elas são respaldadas por um trabalho de defesa de direitos de longo prazo e sustentado, que muitas vezes ocorre à margem de grandes plataformas, bem antes que a mudança se torne visível.



Jovens posam para uma foto após o sucesso de um evento paralelo liderado por jovens na COP30 da UNFCCC em Belém, Brasil.
Foto: RRI, 2025

A RRI e suas organizações aliadas desempenharam um papel fundamental de defesa de direitos na formulação do Compromisso de Posse de Florestas e Terras, no valor de US\$ 1,8 bilhão, bem como do histórico Compromisso Intergovernamental de Posse de Terras (ILTC), anunciado na Cúpula de Líderes Mundiais da COP30 em novembro de 2025, onde 15 países e inúmeras instituições filantrópicas se comprometeram a garantir direitos de posse sobre **160 milhões de hectares** de terras pertencentes a PI, PA e CL até 2030, acompanhados por um aumento no financiamento público.

Saiba como a RRI contribuiu para essas conquistas históricas em 2025:

Abril	Ativismo e discussões formais com a Presidência da COP30 e a FCLP no Fórum Permanente das Nações Unidas para Questões Indígenas
Mai	A Declaração de Brazzaville do Primeiro Congresso Global dos Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais
Julho	Participações na Semana de Ação Climática de Londres
Agosto	A RRI e a WiGSA lançam a primeira análise de financiamento global destinado a mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais
Setembro	Publicação do painel “Path to Scale”
Setembro	Semana do Clima de Nova York
Novembro	COP30 da UNFCCC

As contribuições para o ano inteiro são:

- Coordenação da rede Path to Scale de doadores e intermediários
- Campanha “The Pledge We Want” com a Tenure Facility e a If Not Us Then Who?
- Divulgação dos impactos do financiamento direto da CLARIFI às comunidades nos Andes Tropicais e na Bacia do Congo

Promoção Financiamento Direto e Flexível para as Comunidades

Ganhando impulso com defesa de direitos e análise

Em maio de 2025, a RRI se uniu à REPALEAC e à GATC para coorganizar o Primeiro Congresso Global dos Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais, reunindo 156 representantes da África, Ásia, Mesoamérica e América do Sul em Brazzaville. Os participantes publicaram a [Declaração de Brazzaville](#) e utilizaram o documento para defender seus direitos na preparação para a COP30, contribuindo para a mobilização de um financiamento significativo prometido pelo Forest Tenure Funders Group e outros doadores globais. É importante ressaltar que, durante a Cúpula de Líderes que antecedeu a COP30 em novembro de 2025, o presidente da República do Congo citou a Declaração em seu discurso e instou outros chefes de Estado a reconhecerem os direitos dos Povos Indígenas e das comunidades locais às suas terras e recursos.

Em colaboração com a Global Land Alliance, a RRI coordenou ainda vários compromissos nacionais em relação à ILTC no âmbito da Parceria de Líderes para Florestas e Clima. Por meio de diálogo contínuo com doadores e outras partes interessadas importantes, da campanha [“The Pledge We Want”](#) e de análises estratégicas, os esforços da RRI ajudaram a expandir o compromisso para novos ecossistemas e doadores e garantiram que sua redação se concentrasse no financiamento direto aos detentores de direitos.

O [Painel de Financiamento “Path to Scale”](#) da RRI e a atualização do [relatório “State of Funding”](#) rastream os fluxos globais de doadores para PI, PA e CL, ampliando seu escopo para além das florestas, abrangendo outros ecossistemas. Pesquisas conduzidas pela RRI e pela WiGSA também acompanharam especificamente o [financiamento destinado a mulheres de PI, PA e CL](#), influenciando ainda mais os compromissos dos doadores para abordar de forma mais concreta a questão de gênero em seus compromissos de financiamento. Lançadas antes da COP30, essas ferramentas analíticas fortaleceram a defesa de causas e continuarão a orientar a prestação de contas em direção às metas climáticas e de biodiversidade para 2030.


“Nossa colaboração neste Congresso, que atravessa continentes, tradições e gerações, é um forte lembrete de que a força reside na ação coletiva. Estamos prontos para continuar usando a profundidade de nosso conhecimento e nosso espírito de cooperação para traçar um caminho comum rumo a um futuro justo, habitável e equitativo.”

A Declaração de Brazzaville

Evidências, Prestação de Contas e Liderança Inovadora

Acompanhamento da Posse da Terra e Dados de Gênero

A análise de gênero emblemática da RRI, “Resiliência e Resistência”, forneceu uma avaliação atualizada dos direitos legalmente reconhecidos das mulheres às florestas comunitárias em 35 países a partir de 2024. O relatório examinou as reformas legais desde 2016 e forneceu evidências concretas para que as mulheres líderes de PI, PA e CL contestassem leis discriminatórias e defendessem proteções mais fortes.



Sara Omi, membro da comunidade Indígena Ipeti Embera no Panamá, planta mudas.

Foto: Asha Stuart
RRI, 2025

Lançada na 69ª sessão da Comissão sobre o Status das Mulheres (CSW69), a análise identificou medidas políticas viáveis que os governos podem adotar para avançar na agenda global dos direitos das mulheres. Também na CSW69, membros da WiGSA e mulheres Indígenas líderes da África, Ásia e América Latina, participaram de discussões que relacionavam evidências jurídicas com experiências de vida, fortalecendo a capacidade das comunidades de base de influenciar reformas políticas.

Os dados do relatório “Resiliência e Resistência” também serviram de base para o aprendizado entre pares em diferentes regiões, incluindo intercâmbios entre mulheres líderes do Peru e do Nepal para comparar marcos legais nacionais e construir solidariedade transnacional.

Evidências, Prestação de Contas e Liderança Inovadora

Evidências sobre conservação liderada pela comunidade

Em 2025, a RRI publicou um estudo sobre *Caminhos Facilitadores para a Conservação Liderada pela Comunidade e Baseada em Direitos*, avaliando marcos legais e estratégias de biodiversidade em 30 países. Desenvolvida em parceria com o Consórcio ICCA e o Forest Peoples Programme, a análise constatou que, embora existam caminhos legais para a conservação comunitária reconhecida, eles continuam subutilizados e insuficientes.

Apresentadas no Congresso Mundial de Conservação da IUCN, as conclusões ampliaram o debate em torno das barreiras estruturais para alcançar uma abordagem baseada em direitos para a meta 30×30, fortalecendo os argumentos a favor da governança comunitária nas estratégias globais de biodiversidade. Daqui para frente, a RRI utilizará as conclusões para apoiar o Fórum Internacional Indígenas sobre Biodiversidade da IUCN.




Membros da comunidade Talang Mamak na província de Riau coletam produtos florestais, Indonésia.
Foto: Jacob Maentz
RRI, 2022

Evidências, Prestação de Contas e Liderança Inovadora

Compromisso com o Aprendizado, a Adaptação e a Prestação de Contas

Em 2025, a RRI comemorou seu 20º aniversário refletindo sobre duas décadas de impacto da coalizão e lições aprendidas. Após reunir membros fundadores e parceiros atuais no Nepal para a celebração do 20º aniversário, a RRI publicou um [relatório de conquistas marcantes](#) e produziu um [documentário](#) traçando a evolução da coalizão desde as metas iniciais até vitórias que estabeleceram precedentes.



Floresta Comunitária Shree Bindeshwari, Nepal. A Floresta Comunitária tem 54 hectares e é administrada por 254 famílias. São principalmente mulheres das comunidades Indígenas e locais que administram a floresta, e vêm fazendo isso há mais de 30 anos.
Foto: Asha Stuart
RRI, 2025

O processo incluiu mais de 100 entrevistas com fundadores, líderes da coalizão, mulheres, jovens e líderes de PI, PA e CL na Ásia, África e América Latina. O relatório foi traduzido para o francês, espanhol, português, bahasa indonésio e nepalês, e o documentário — lançado em outubro — está sendo legendado nos idiomas da coalizão.

Ao longo de 2025, a RRI também publicou, traduziu e divulgou 12 análises e resumos de políticas adicionais em seis idiomas, acompanhados de gráficos prontos para uso em defesa de direitos pelos membros da coalizão. Além disso, lançou um novo e dinâmico site para o [Padrão de Direitos Fundiários](#), oferecendo um recurso dinâmico e acessível para ajudar entidades públicas e privadas a compreender e implementar os princípios liderados pelos titulares de direitos para o reconhecimento e o respeito aos direitos dos PI, CL e PA em seus projetos de clima, conservação e desenvolvimento sustentável.

Juntas, essas análises e produtos da RRI fortaleceram a transparência, o aprendizado e a defesa de direitos baseada em evidências em toda a nossa rede global.

Publicações em destaque



Arraigados e em Ascensão: 20 Anos de Impacto Coletivo e o Caminho a Percorrer

Um retrato de duas décadas de trabalho da RRI em diversos continentes, culturas e movimentos, com o objetivo de construir um planeta mais justo e sustentável.

[Baixar publicação >](#)



Situação do Financiamento para os Direitos de Posse (em inglês)

Atualização anual sobre a situação do financiamento de doadores destinado aos Povos Indígenas, às comunidades locais e aos Povos Afrodescendentes em países tropicais, incluindo um escopo ampliado de financiamento para ecossistemas além das florestas.

[Baixar publicação >](#)



Caminhos para o Sucesso (em espanhol)

Analisa os marcos legais e as estratégias de biodiversidade de 30 países para avaliar o progresso rumo a uma conservação baseada em direitos e liderada pelas comunidades.

[Baixar publicação >](#)



O Financiamento Global está Chegando às Mulheres Indígenas, Afrodescendentes e Locais?

Uma análise que destaca a falta de financiamento para mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais, bem como a necessidade de incluir uma perspectiva sensível às questões de gênero nos compromissos de financiamento.

[Baixar publicação >](#)



Protegendo Comunidades para Salvar o Planeta

Melhores práticas de comunidades que defendem seus territórios e culturas, desde a Reserva da Biosfera Maia, na Guatemala, e a ilha de Enggano, na Indonésia, até a região de Bastar, na Índia, a Amazônia equatoriana e a Colômbia.

[Baixar publicação >](#)



Resiliência e Resistência (em espanhol)

A mais recente avaliação da situação dos direitos de posse florestal das mulheres Indígenas, Afrodescendentes e de comunidades locais em 35 países-chave do Sul Global.

[Baixar publicação >](#)



Os Direitos Sobre o Carbono dos Povos Indígenas, dos Povos Afrodescendentes e das Comunidades Locais em Terras e Florestas Tropicais e Subtropicais (em espanhol)

Uma análise sistemática da situação atual do reconhecimento dos direitos de carbono detidos por comunidades em 33 países no contexto do Acordo de Paris.

[Baixar publicação >](#)



Uma Proposta Modelo para NDCs Baseadas em Direitos

Um quadro prático que delinea os compromissos ideais das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) estabelecidos no âmbito do Acordo de Paris, identificando pontos de partida concretos para traduzir princípios baseados em direitos em ações climáticas mensuráveis.

[Baixar publicação >](#)



Atlas: Maritórios Afrodescendentes do Grande Caribe

Este estudo combina dados censitários, geoespaciais e climáticos de 26 países com relatos das comunidades para identificar os impactos das mudanças climáticas nos territórios marinhos e costeiros utilizados pelos Povos Afrodescendentes.

[Baixar publicação >](#)

Lições do nosso trabalho

Nossos esforços coletivos em 2025 reforçaram as seguintes lições, sobre as quais refletimos continuamente e que integramos cada vez mais em nossa programação.

Aprimoramento do financiamento direto

O aprimoramento do financiamento direto para organizações de PI, PA e CL requer requisitos de elegibilidade simplificados, bem como procedimentos de gestão de subsídios mais ágeis e flexíveis, se o objetivo for reduzir a carga administrativa sobre os beneficiários e alcançar organizações menores e menos experientes. Ao combinar o fortalecimento de capacidades como parte de nosso apoio à gestão de subsídios, partimos da realidade das organizações beneficiárias e buscamos apoiá-las em seus caminhos rumo a maior viabilidade, visibilidade e diversificação de financiamento. Além das subvenções diretas, o fortalecimento da capacidade dos fundos territoriais para a concessão de subvenções — como veículos para maior apropriação e melhor apoio financeiro às agendas territoriais — é um componente crucial para um financiamento melhorado e mais acessível para os PI, PA e CL.

Agrupamento de direitos

Os direitos humanos são indivisíveis; portanto, a promoção e a defesa dos direitos devem necessariamente ser holísticas e multifacetadas. A promoção dos direitos de posse coletiva deve andar de mãos dadas com a promoção do bem-estar dos PI, PA e CL, apoiando economias locais sustentáveis e estruturas de governança inclusivas e robustas, ao mesmo tempo em que se favorece a participação equitativa de mulheres, homens e jovens. Cada vez mais, o apoio da RRI envolve uma resposta mais abrangente e complexa ao bem-estar geral dos PI, PA e CL.

Promover a ação coletiva

A defesa conjunta e a ação coletiva exigem apoio contínuo e sustentado para permitir que as coalizões e redes de PI, PA e CL possam trocar informações, coordenar-se e reunir-se dentro e além da estrutura dos fóruns nacionais, regionais e globais estabelecidos. O fortalecimento das coalizões de PI, PA e CL, particularmente aquelas lideradas por mulheres e jovens, requer orientação dedicada e sustentada, convocação e apoio técnico e organizacional para fomentar sua visibilidade e influência emergentes.

Proteção dos defensores da terra

A defesa dos direitos à terra frequentemente coloca os ativistas na linha de frente do conflito. A proteção coletiva dos defensores dos direitos à terra precisa cada vez mais ser vista como um componente-chave da governança eficaz da terra. A segurança das mulheres e dos jovens defensores da terra está particularmente em risco, dada sua vulnerabilidade social multifacetada. A RRI está aumentando seu apoio a redes de vigilância comunitária, alianças com organizações de proteção, defesa jurídica para defensores e defesa de direitos por maiores salvaguardas locais, à medida que as ameaças a esses atores continuam a aumentar.

Governança, prestação de contas e gestão

Membros do Conselho	Tomam decisões estratégicas para a coalizão em relação à governança, finanças, administração, expansão ou revisão de programas, mecanismos de financiamento, questões jurídicas e gestão de riscos.
Conselho Consultivo	Supervisiona a gestão da coalizão, aprova novos parceiros e vota na escolha dos representantes dos parceiros no Conselho. Aconselha sobre questões pontuais, como solicitações de adesão, gestão de crises e orientação programática.
Parceiros	Organizações que participam dos programas da RRI, por exemplo, colaborando na elaboração de análises estratégicas; coorganizando workshops, webinars e eventos; participando de mecanismos de financiamento, processos de planejamento estratégico e outras atividades da RRI.
Membros	Oferecem apoio especializado à coalizão da RRI em suas áreas de especialização. Compartilham liderança intelectual e orientação com a coalizão por meio de workshops, webinars, artigos e relatórios.
Conselho de Anciãos	Oferecem aconselhamento ad hoc à Coordenadora e à Presidente da RRI, bem como à liderança da RRI. São vozes de destaque no setor de direitos à terra e meio ambiente, incluindo fundadores, líderes seniores/anciãos de comunidades Indígenas, Afrodescendentes e locais, ex-presidentes do Conselho e personalidades de destaque.
Secretariado	Equipe da RRI responsável pela coordenação e implementação do programa.

Em 2025, a coalizão da RRI revisou seu Memorando de Entendimento (MOU), que estabelece as funções e responsabilidades dos diferentes órgãos da coalizão. A renovação do MOU ocorre a cada cinco anos e é uma oportunidade para refletir sobre a composição da coalizão. Para este ciclo, por meio de amplas consultas com os parceiros da RRI, o Conselho de Administração, os bolsistas, os membros da coalizão e a Secretaria, concordamos em expandir drasticamente a coalizão de **20 para mais de 80 parceiros**. A coalizão também concordou em criar um Conselho Consultivo e um Conselho de Anciãos para gerenciar e orientar o crescimento da coalizão.

A Secretaria, liderada pela presidente e coordenadora da RRI, atua como mecanismo de coordenação da coalizão e conta com o apoio de profissionais seniores e juniores, especialistas nacionais e regionais e líderes de campo. Ela reúne evidências para promover o reconhecimento de direitos, realiza pesquisas e defesa de direitos e divulga as conclusões globalmente. Reúne diversas partes interessadas, promove a colaboração e apoia a reforma fundiária por meio do engajamento em nível nacional. O Secretariado desenvolve iniciativas que preenchem lacunas nos esforços relacionados aos direitos fundiários comunitários e fornece financiamento de resposta rápida por meio do SRM. Ele também lidera o monitoramento, a avaliação e o aprendizado, mantém relações com doadores, diversifica receitas e opera sob a supervisão do Conselho de Administração da RRI.

A RRI é conhecida por incubar e apoiar alianças e iniciativas para dar voz às mulheres e aos jovens e para se envolver com partes interessadas específicas a fim de promover os direitos à terra e à posse. Entre elas estão: a Aliança das Mulheres do Sul Global ([WiGSA](#)), uma rede de líderes de agências florestais públicas chamada [MegaFlorestais](#), o [Grupo Interlaken](#) de atores do setor privado, o [Path to Scale](#), que busca responsabilizar os doadores pelas promessas de financiamento global, e uma Rede Global da Juventude que está promovendo [um roteiro](#) desenvolvido no Congresso Global da Juventude organizado pela RRI em 2025.

Além de programas regionais e temáticos, a RRI criou mecanismos de financiamento direto para apoiar comunidades e organizações de PI, PA e CL. A Iniciativa de Direitos Fundiários Comunitários e Financiamento para a Conservação ([CLARIE](#)) é um mecanismo de financiamento direto que apoia as prioridades autodeterminadas das comunidades detentoras de direitos, atuando como uma ponte de confiança entre as comunidades e os financiadores. [O Mecanismo de Resposta Estratégica \(SRM\)](#) foi intencionalmente projetado para fornecer respostas oportunas e flexíveis a oportunidades e ameaças emergentes e urgentes. Ele complementa o processo anual de planejamento de programas, permitindo o financiamento rápido para oportunidades inesperadas.

Finanças 2025



\$11.041.223

em financiamento garantido

\$3.846.838

em financiamento não garantido



\$15.213.343

em financiamento garantido

\$9.363.655

em financiamento não garantido



\$605.553

em financiamento aprovado

14

projetos

10

países

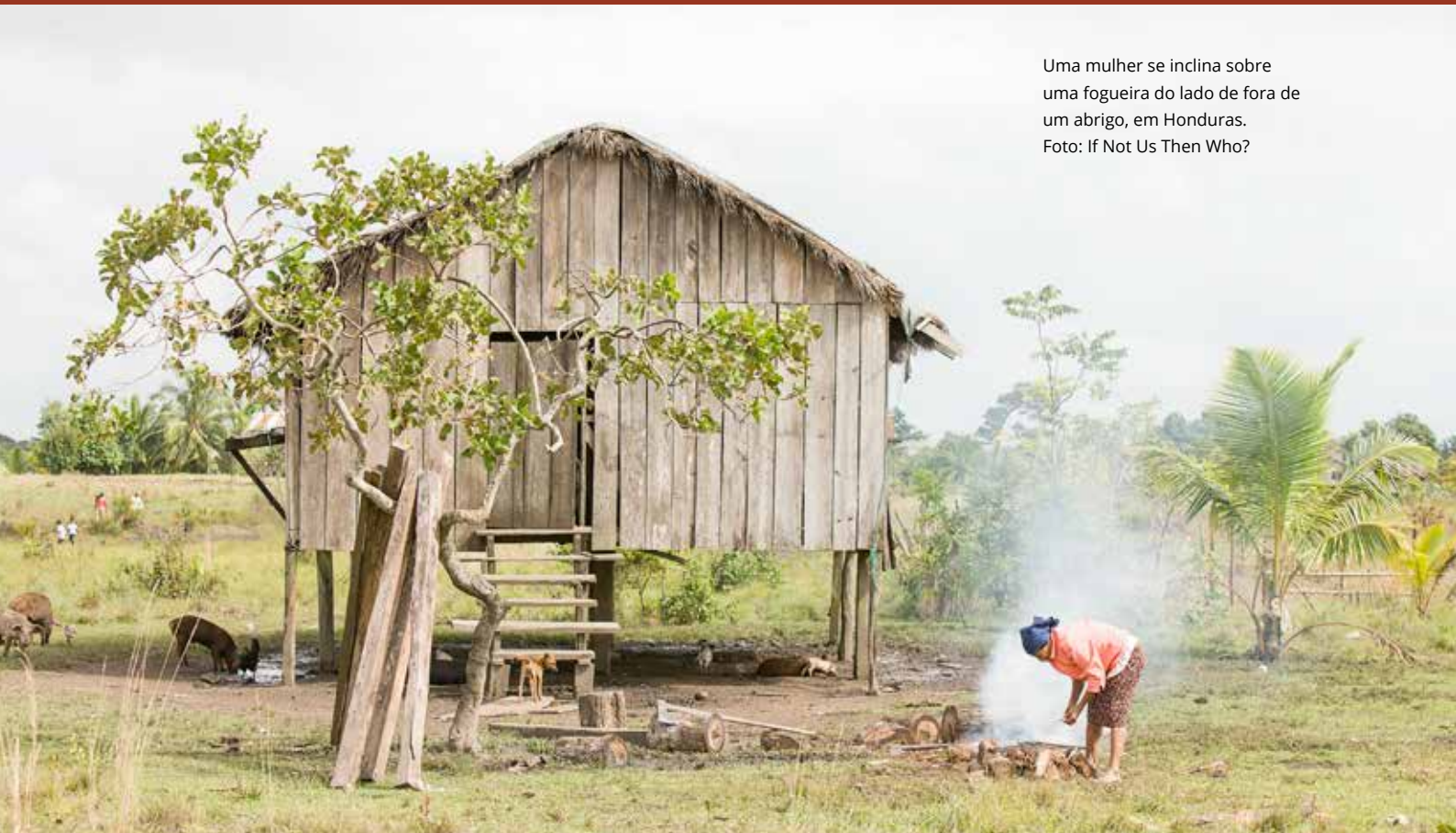
81

projetos

20

países

*Todos os valores totais estão em dólares americanos.



Uma mulher se inclina sobre uma fogueira do lado de fora de um abrigo, em Honduras.
Foto: If Not Us Then Who?

2025
Relatório
Anual



**RIGHTS +
RESOURCES**